

tríade
comunicação, cultura e mídia

Dossiê

Diversidade cultural/
sexual e de gênero

Identidade de gênero: percursos de resistência no trabalho tido como masculino

Julice Salvagni

Universidade do Vale do Rio dos Sinos [UNISINOS], São Leopoldo, RGS, Brasil. Contato com o autor: julicesalvagni@gmail.com.

Marília Veríssimo Veronese

Universidade do Vale do Rio dos Sinos [UNISINOS], São Leopoldo, RGS, Brasil. Contato com o autor: mariliav@unisin.br.

Marina Guerin

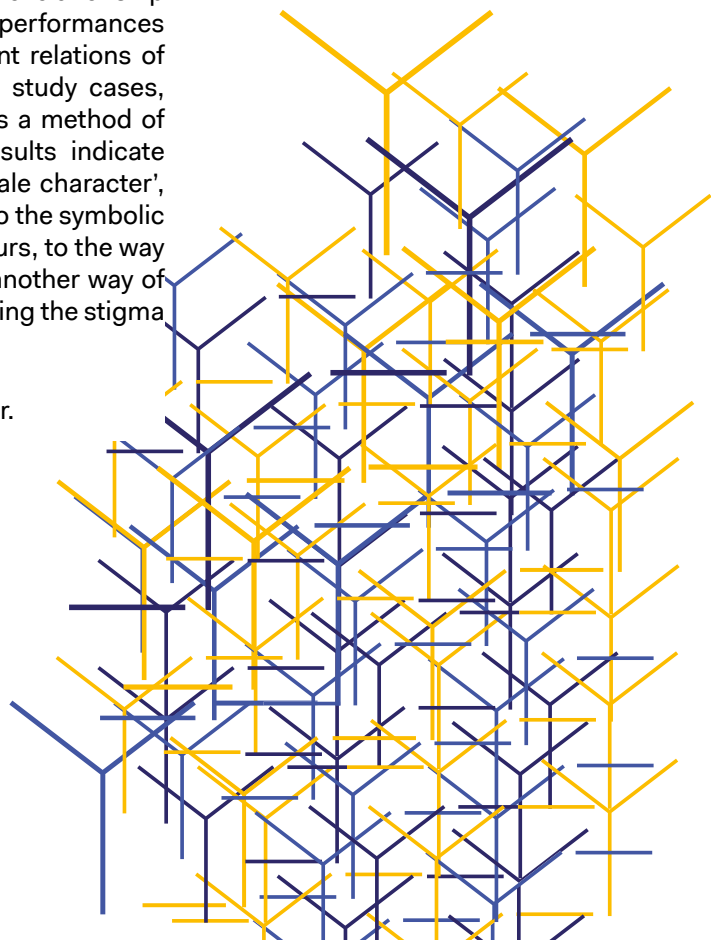
Universidade do Vale do Rio dos Sinos [UNISINOS], São Leopoldo, RGS, Brasil. Contato com o autor: ina.guerinx@gmail.com.

Resumo: O presente artigo põe-se a pensar como o corpo e o gênero no trabalho podem impulsionar transgressões por meio das performances. O gênero é entendido como categoria social central para a formação identitária, assim, a identidade de gênero diz respeito às simbologias e espaços que são referentes ao sexo biológico, tendo no corpo um papel de marcação das atribuições normativas. O corpo se torna uma extensão do gênero e é pensado como um constructo individual, coletivo e social, diretamente relacionado em seu sentido biológico e material. A relação entre corpo e gênero é central na análise das performances e das vivências das mulheres trabalhadoras, já que descortina importantes relações de poder e dominação. Esta pesquisa qualitativa de estudo de casos múltiplos, coletou entrevistas individuais e utilizou-se a análise de discurso como método de produção de sentidos, enfatizando uma abordagem de cunho semântico. Resultados indicam que as mulheres costumam representar o que elas mesmas chamam de 'personagem masculino', o que compreende uma gama de comportamentos e expressões vinculadas ao universo simbólico do homem, que vão desde a roupa usada no horário de trabalho, até a forma de abordar determinados assuntos. Assim, elas propositalmente encenam outra forma de se relacionar com aquele espaço de trabalho em uma busca de aceitação, rompendo o estigma de que a mulher é frágil e incapaz.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho. Identidade. Performance de gênero. Poder.

Abstract: Gender identity: lines of resistance within male-envisaged work. This article proposes to think how the body and the gender in the work ambience can impel transgressions through the performances. Gender is understood as a central social category for the formation of identity; thus, gender identity refers to the symbologies and spaces that refer to biological sex, having in the body a role of marking normative attributions. The body becomes an extension of the genus and is thought of as an individual, collective and social construct, directly related in its biological and material sense. The relationship between body and gender is central in the analysis of the performances and experiences of working women, since it reveals important relations of power and domination. This qualitative research of multiple study cases, collected individual interviews and used discourse analysis as a method of meaning production emphasizing a semantic approach. Results indicate that women usually represent what they themselves call a 'male character', which comprises a range of behaviors and expressions linked to the symbolic universe of man, ranging from the clothing used in working hours, to the way of approaching certain subjects. Thus, they purposely enact another way of relating to that working space in a search for acceptance, breaking the stigma that the woman is fragile and incapable.

Keywords: Gender. Work. Identity. Gender performance. Power.



1. Introdução

O sonho de emancipação das mulheres é sacrificado no altar do capitalismo.

Nancy Fraser

Este estudo discute a construção da identidade de gênero em mulheres que exercem atividades em trabalhos considerados masculinizados. A referência de uma associação histórica de gênero e trabalho também é tratada como trabalho de homem, trabalho de mulher (BRADLEY, 1986), no sentido de serem perceptíveis diferentes designações históricas que criam marcas de gênero a determinadas atividades laborais. Também aparece a designação trabalho sujo (HIRATA, 2016), que são as atividades voltadas à limpeza pesada, à graxa ou à construção.

Baseando-se em uma pesquisa denominada *As caminhoneiras: uma carona nas discussões de gênero, trabalho e identidade* (SALVAGNI, 2016), que aborda as relações das mulheres em seus meios de trabalho, percebemos a necessidade de debater as questões de gênero e corpo que envolvem toda essa gama de possibilidades que perpassam o universo laboral, inclusive para além da motorista de caminhão, adentrando em outras atividades de trabalho consideradas masculinas. Portanto, partimos do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho, intimamente ligada à opressão da mulher, encontra historicamente na flexibilização um reforço para as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009; HIRATA; KERGOAT, 2007; HIRATA, 2002; HIRATA, 2009).

A seção *Corpo e o gênero no trabalho* diz respeito ao funcionamento da transgressão que se dá com o aparato do corpo como ferramenta para essa performance cotidiana de outro gênero (KLINGER, 2017; SOUZA, 2017; BORBA, 2014). Identidade e performance pretendem discutir as relações sociais necessárias para a construção da subjetivação que permite que a identidade seja criada e converse com a performatividade de gênero que a sociedade exige. Neste sentido, a performatividade é o “processo que regula a repetição de normas” (SOUZA, 2017, p. 316) e já a performance, para a mesma autora, demonstra “a contingência da identidade e o potencial de mudança e subversão contida no que é performado” (SOUZA, 2017, p. 317).

Para Meyer (2003), o conceito de gênero surgiu nos anos 70 por meio de um grupo de estudiosas anglo-saxãs feministas, que designou a palavra gênero para que englobasse toda a performática relacionada com o sexo biológico nas suas expressões culturais. Com o surgimento do conceito de gênero, no campo de estudos feministas, passa-se então a explorar mais as questões que envolvem a formação da identidade de gênero e como ela se configura em e na relação com o social (SAFFIOTI, 2004).

A identidade de gênero diz respeito às simbologias e espaços que são designados a uma pessoa, referente ao seu sexo biológico; nesse aspecto, o corpo tem papel importante para que nele sejam impressas todas as atribuições a serem feitas. Isso quer dizer que as distinções existentes entre os homens e mulheres são de aspectos bem mais amplos do que a biologia e o comportamento, já que incluem marcas históricas e culturais que produzem representações

específicas aos diferentes papéis, em uma lógica binária masculino x feminino. Contudo, os pressupostos de feminino e masculino ressignificam as representações através dos símbolos, normas e instituições (MEYER, 2003).

O corpo se torna como uma extensão do gênero porque o usamos para nos expressar; as marcas de gênero que nele são impressas podem ser encontradas em nossas vestes, adereços e na forma como nos portamos. O corpo é um produto da combinação social, cultural e de gênero que nele habita. Sendo assim, “a produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam” (GOELLNER, 2003, p. 39).

O sentido do corpo, portanto, é dado por uma construção social que emerge de um espectro cultural, enquanto também é criador deste mesmo espaço. Isso nos leva a crer, por exemplo, que as mulheres em atividades consideradas masculinizadas, podem vir a contribuir com uma transformação na concepção de corpo relacionada ao trabalho, já que as atividades laborais ainda carregam em si uma forte marca de gênero, atribuindo à mulher menores condições de realização das ações que envolvem força, peso, rigor, autoridade, etc. Frente a estas premissas, “reagimos a elas, aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos tanto porque a cultura é um campo político como o corpo, ele próprio é uma unidade biopolítica” (GOELLNER, 2003, p. 39).

Entendendo como se constitui a noção de gênero, sendo um constructo individual, coletivo e social diretamente relacionado com o corpo em seu sentido biológico e material, conseguimos sublinhar importantes performances nas vivências das mulheres trabalhadoras (CAVEN; LAWLEY; BAKER, 2013), o que ajuda a descortinar importantes relações de dominação. Adornamo-nos e nos portamos de forma a sermos condizentes com o nosso papel de gênero, podendo haver mudança de acordo com o ambiente e contexto histórico onde estamos inseridas.

Portanto, não há apenas uma forma de performar o feminino ou o masculino, nem somente precisamos performar apenas um desses gêneros (SAFFIOTI, 2001), embora a normatização dos corpos ainda seja predominante no cenário contemporâneo. Contudo, em mulheres trabalhadoras de atividades consideradas masculinizadas, através das 12 entrevistas semiestruturadas que aplicamos, pudemos descortinar aspectos de uma performance fluida de gênero e de como as relações oriundas destas ações se estabelecem. Com o intuito explícito de fomentar o empoderamento das mulheres em espaços de trabalho predominantemente masculinizados, constatam-se nesta pesquisa, iniciativas ousadas (e desviantes) das trabalhadoras no sentido de legitimar as suas práticas laborais.

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevistas individuais em profundidade para compreender a realidade das trabalhadoras e traçar os aspectos constituintes das relações sociais que se criam em e na relação com trabalho e gênero. Nesse sentido, “conceber o sujeito como múltiplo permite a apreensão de, pelo menos, grande parte de sua riqueza” (SAFFIOTI, 2004, p. 76). Entendemos que a realidade social se constitui

através das relações, seja nas relações simbólicas de poder que se estabelecem a partir dos trabalhadores, seja na representação destes grupos diante da sociedade de modo geral ou para si mesmos.

Neste sentido, foram entrevistadas 12 trabalhadoras alocadas em atividades consideradas masculinizadas, escolhidas de forma intencional e por indicação, para descortinar aspectos relevantes à construção de teorias críticas no que tange ao gênero, trabalho, família e protagonismo político; pontos enumerados como objetivos específicos deste projeto. As participantes dividiram-se nas atividades de: açougueiras, engenheiras, auditora fiscal, marceneira, geóloga, vigilantes, física, analista de tecnologia da informação, topógrafa e motorista de Uber com idades que variaram entre 26 e 65 anos. Os nomes apresentados neste artigo são fictícios para garantir a confidencialidade das participantes da pesquisa.

O uso de entrevistas individuais para a coleta de dados possibilita “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2003, p. 65). Ainda, para o autor, a pesquisa que usa entrevista “é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (p. 72).

Para fins de análise dos dados, utilizamos a análise de discurso como método de produção de sentidos sobre o material coletado. Não se trata especificamente de um único método de análise, mas um estilo de interpretação dos dados que implica uma “rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2003, p. 244). Esse método permite que a pesquisa seja mais rica em detalhes e composta pela sensibilidade do pesquisador naquilo que não é dito, mas compõe o campo da linguagem.

2. Corpo e gênero no trabalho

Pensar o corpo de acordo com uma relação de gênero aos espaços de trabalho implica em compreender as representações sociais do feminino para a constituição de uma identidade que anuncia aspectos culturais constituídos historicamente. Tais representações foram muitas vezes construídas em uma premissa biologicista, que relaciona o debate do corpo feminino ou masculino a uma identidade de gênero considerada determinística, porquanto alicerçada na natureza biológica do homem e da mulher. Neste sentido, questionando a versão ligada à natureza como ordenadora das identidades, a identidade seria

[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. E definida historicamente, não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2003, p. 13).

Assim sendo, pode-se considerar que a identidade é construída de maneira performática;

porém, espera-se dessas performances atos pré-estabelecidos pelo contexto cultural em que os sujeitos estão inseridos, normalmente indo ao encontro do que lhes é esperado para a sustentação dos papéis historicamente construídos de modo binário para homens e mulheres. No sentido da construção da identidade pela cultura vigente e dos atos pré-estabelecidos, podemos entender que “as identidades sociais se constroem sobretudo no plano inconsciente, podendo ser pequena ou grande sua presença no nível consciente” (SAFFIOTI, 2004, p. 66).

Carla, vigilante de 31 anos, afirma que gosta de fazer trabalho de homem porque é mais difícil, pesado e perigoso, enquanto o da mulher já não teria esses atributos. Dóris, auditora fiscal, aposentada, 65 anos, nos contou que, quando se formou em 1976, foi procurar emprego: “fui a seis empresas e recebi seis ‘nãos’ porque eu era mulher. Naquela época, a gente... não era por não ter estudo, era pela nossa constituição”. Com as falas de Carla e Dóris, podemos perceber definições de competência que evocam figuras e características masculinas no imaginário (HIRATA, 2004), mostrando como, ainda hoje, permanece a ideia da divisão sexual do trabalho por atributos físicos, considerando o trabalho difícil para homens e fácil para mulheres, numa espécie de divisão sexual do trabalho que seria natural.

Corroborando, ainda, para a visão de aspectos masculinos para trabalhos difíceis, pesados e perigosos, encontramos um estudo sobre mulheres no tráfico de drogas (BARCINSKI; CÚNICO, 2016). No estudo, são citadas fontes em que a docilidade e a fragilidade da mulher servem de argumentos que as impediriam de cometer crimes, porque teriam menos capacidade que os homens. Contudo, as autoras contestam esse fato e contam a trajetória de duas mulheres que se consideram traficantes de verdade porque saem da posição de subalternas no mundo do tráfico e carregam armas, participam de conflitos e, ainda, têm outras mulheres sob seus comandos. Nos relatos trazidos pelo estudo, as traficantes saem da posição de dependente e transferem isso a outras, como uma demonstração de poder. O poder é o que as diferencia das outras mulheres que atuam no tráfico de drogas, já que estas seriam meras trabalhadoras, enquanto as entrevistadas gerentes de boca de fumo.

As mulheres costumam representar o que elas mesmas chamam de personagem masculino, que compreende, por exemplo, toda uma gama de comportamentos e expressões vinculadas ao universo simbólico do homem, que vão desde a roupa usada no horário de trabalho até a forma de abordar determinados assuntos. Rejane, açougueira, 40 anos, conta que: “é porque lá a gente só tem que usar roupa branca, sabe, aquela roupa dos homens lá. Aí a gente fica bem machão mesmo”. Mesmo que a roupa seja um objeto sem gênero, neste caso ela representa uma classe de trabalho com maioria de homens circunscrita socialmente de tal forma que acaba adquirindo para si um caráter masculinizado. Assim, pela fala da entrevistada, ela se considera machão só de ter que usar o uniforme de trabalho, que é um objeto repleto de simbolismos e designações. Com isso se pode considerar que a roupa é uma reafirmação da identidade sexual (KNIJNIK, 2010), sendo um objeto de forte representação nesse jogo dos papéis sociais.

Há uma supervalorização do trabalho de homem em relação ao trabalho de mulher, ligando o gênero ao biológico; com essa divisão hierárquica binária de trabalho, tem-

se a sensação de uma ordem natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007). Assim, elas propositalmente encenam outra forma de se relacionar com aquele espaço de trabalho que é diferente do que elas costumam ocupar cotidianamente, pois não estão atribuídas ao feminino as qualidades de criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidades técnicas, autonomia no trabalho, tal e qual é conferido socialmente aos homens, a ponto de tamanha amarra social e histórica acabar sendo naturalizada em nossa sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007). Rosa, açougueira de 26 anos, relata: “eu criei tipo um personagem. Que se eu deixar ser submissa, pra trabalhar com homem, eu acho que isso não dá certo. Então, ou tu fala que nem eles, tu age que nem eles, tenta gritar com eles, ou não dá certo”. Ou seja, trabalhar em uma atividade considerada masculinizada faz as mulheres empreenderem um movimento de performatização de identidade, cujas marcas são feitas por estereótipos do papel historicamente construído como sendo pertencente ao homem.

Neste sentido, há um deslocamento entre o ser quem se é para constituir-se como um personagem com maiores chances de aceitação, mostrando que há uma alteração de papéis enfatizada pelas regras dominantes de gênero nos espaços de trabalho. Reforçando, ainda, a ideia da performatização com objetivos de ser aceita, Ana, 48 anos, topógrafa, diz que há alguns anos, quando trabalhou construindo uma barragem, tentava deixar o pessoal à vontade; antes do meio-dia os seus colegas de trabalho tomavam cachaça e para pertencer àquele universo ela tomava cachaça também, mesmo que não gostasse, apenas para manter a performatização de força que está associada ao gênero masculino.

A construção performática do gênero ocorre, pois a diferença entre o feminino e o masculino é sociocultural e não biológica e por isso não é considerada algo completo, já que é mutável e se reinventa conforme uma estrutura hierárquica construída nas relações de poder de cada contexto, em cada período histórico (MEYER, 2003). Cabe ainda reforçar que a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força ou um destino imutável; embora o gênero seja algo que rotule e caracterize a pessoa, homens e mulheres conseguem desfrutar da possibilidade de transitoriedade entre os papéis de gênero (SAFFIOTI, 2001).

Assim, é perceptível na narrativa das mulheres participantes da pesquisa que, após um tempo de inserção em que convivem predominantemente com homens no espaço de trabalho, há uma margem para que a mulher abandone parcialmente esta performatização inicial que era considerada masculinizada, para então voltar a cultivar determinados hábitos tidos como femininos. Rejane, açougueira de 36 anos, relata a transgressão de sua colega de trabalho quando afirma: “Não pode estar muito maquiada, eu passo só um batonzinho, pra não ficar tão macho lá dentro. A Rosa já tá passando umas maquiagens lá, porque ela é antiga já. Aí ela passa, mas também não pode”. Isto significa dizer que a consolidação da mulher nestes espaços, com o passar do tempo, pode fazer que ela altere a sua posição em um campo relacional de poder, dando ênfase a sua capacidade de agência (MISOCZKY, 2003), passando a incorporar suas demandas de gênero no trabalho.

Tendo o corpo como ferramenta para expressar a linguagem e interação social, encontramos

em nossa sociedade mulheres performando uma identidade considerada masculinizada para a realização de atividades marcadas por esta demarcação cultural de gênero no trabalho. Com essa transitoriedade e fluidez entre a performance do masculino e do feminino, podemos entender como se configura, no âmbito laboral, a subjetivação dessas mulheres (MEYER, 2003). Nessa perspectiva,

[...] um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (GOELLNER, 2003, p. 29).

Os significados culturais e subjetivos que constroem o corpo fazem parte também da construção de identidade. O corpo, considerado ferramenta biopolítica, nos casos verificados durante as entrevistas, servem tanto para transgredir as regras pré-determinadas relacionadas com seu gênero, quanto modificar o seu entorno ao se inserirem em ambientes considerados masculinizados. O corpo serve, ainda, como ferramenta de expressão, pois seus adornos e seus trejeitos fazem parte da linguagem e imagem que dele se produz, desde sua composição de estrutura óssea até a força que ele determina. Força essa questionada pelos homens durante o século XIX, mas “[...] naquele tempo, diferentes práticas corporais, esportivas ou não, cuja demanda de esforço físico era intensa, não só nas atividades de trabalho como nas de lazer” (GOELLNER, 2003, p. 31). A autora, ainda, nos ajuda a entender quais atividades eram essas. “Carregar peso, limpar, fazer longos percursos a pé, atuar nas colheitas, manejar maquinário pesado, [...] eram atividades rotineiras de um grande número de mulheres que nem por isso deixaram de ser mulheres ou sucumbiram frente as exigências de força física” (p. 32).

Com isso, conseguimos confirmar que toda a construção social de feminilidade embasada na fragilidade da mulher encontra-se equivocada, frente à necessidade de esforço físico nos trabalhos domésticos que, anteriormente, eram realizados exclusivamente por mulheres. Ainda encontramos resquícios desse discurso antiquado, atualmente. Segundo um estudo sobre a epigenética realizado por Ciccía (2016), os discursos sexistas, racistas e androcêntricos que utilizam o saber-poder científico para desqualificar minorias políticas através de um estudo de genética que desconsidera os fatores ambientais. Para ela a plasticidade cerebral e as diferenças culturais que marcam diferenças entre cérebros e não a diferença sexual. Deste modo, ela nega os discursos científicos que usam as formas anatômicas cerebrais e genéticas para reproduzir discursos que as mulheres são vulneráveis, sensíveis e não conseguem carregar peso. Rosa e Rejane, açougueiras, contaram que carregam caixas de carne que pesam cerca de 40 quilos. Rosa diz: “se eu ia pegar uma caixa de carne, o patrão dizia: ‘não pega que tem os homens pra pegar a caixa pra ti’. Aí eu retruco: ‘não, não é bem assim, aí eu vou tirar eles da função deles pra vir pegar uma caixinha de carne? Eu tenho que conseguir, se eu quiser ficar aqui

dentro eu tenho que conseguir””. Quando essas mulheres buscam espaços de trabalho que são considerados masculinizados e exigem força, podemos perceber que elas desafiam mais uma vez a regra de fragilidade.

Em um estudo sobre a aviação brasileira, destacou-se nos achados que certas permanências culturais criam estereótipos como os de trabalho de homem e trabalho de mulher, colocando uma marca de gênero em determinadas atividades de trabalho. A pesquisa em questão constata que “é ainda inexpressivo o número de mulheres ocupando funções que determinem tomadas de decisão, tais como chefes de equipamento, direção de operações e a presidência de empresas aéreas” (FAY; OLIVEIRA, 2003, p. 1).

Posições de inferioridade costumam cercear a entrada e permanência da mulher em um ambiente masculino, ou aquele já consagrado pelo trabalho unicamente do homem, pois estas parecem ser predominantes na maior das relações. A entrada da mulher em um espaço que antes era exclusivo ao homem parece, tal e qual as pilotas, representar inicialmente algum tipo de afronta ao modelo masculinista, o que ajuda a entender a razão do distanciamento das mulheres de cargos de liderança, além, é claro, de todo o histórico das distinções de gênero geradoras de desigualdades.

As autoras ainda afirmam que:

[...] o preconceito e os obstáculos sociais e culturais que geram barreiras à entrada da mulher nas relações concretas de poder impedem de forma intensiva que elas desenvolvam suas potencialidades plenas, e que se construam efetivamente novas relações mais igualitárias entre os sexos, favorecendo o desenvolvimento de estruturas sociais equilibradas, ao incorporar de forma equânime as diferenças e a diversidade de gênero, cultural, social e econômica existentes em todas as sociedades (FAY; OLIVEIRA, 2003, p. 7-8).

Assim, a dificuldade da mulher destacar-se em um ambiente masculino de trabalho sugere ser agravada, especialmente, pela condição de desigualdade que se estabelece desde o princípio. Esse conceito, conhecido como teto de vidro, que trata de um limite à ascensão das mulheres nas empresas, é amplamente difundido em estudos sobre as corporações (MOTA; TANURE; CARVALHO NETO, 2015; LIMA, 2014; VAZ, 2013). Jain (2016), ao tratar deste limite das mulheres em cargos de liderança nas organizações em nível global, aponta que há empresas *woman-friendly*, cuja política interna é voltada a incentivar o crescimento profissional das mulheres, oferecendo a elas cotas em cargos de liderança e cuidados aos filhos, por exemplo.

Tais dados chamam a atenção para duas extremidades presentes em uma análise feminista dos espaços de trabalho: a das mulheres de classe média, determinadas a quebrar o teto de vidro, e outra, das assalariadas de baixa renda, imigrantes e trabalhadoras em tempo parcial. Estas últimas estão em busca “não somente de renda e segurança material, mas também de dignidade, de bem-estar e de uma liberação da autoridade tradicional” (FRASER, 2011, p. 631). Além do mais, outro estudo sobre a desigualdade de gênero no trabalho, na perspectiva das atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010), mostra que a dificuldade também se estende quanto à permanência das

mulheres no mercado de trabalho.

Contudo, a simples imersão da mulher em um universo masculino por excelência já indica que as mudanças neste espaço podem aos poucos vir a acontecer. Priscila, transexual, analista de tecnologia da informação, 42 anos, afirma que quando as mulheres adentram os espaços de trabalho considerados incomuns, elas podem inspirar outras mulheres a fazerem o mesmo. Para ela, esse movimento cria resistência contra as desigualdades de gênero e pode vir a transformar os espaços e, até mesmo, garantir às mulheres uma possibilidade de promoção. Mesmo que a grande probabilidade de que as relações que se consolidem seja de dominação, não se pode descartar a esperança de que modos de solidariedade se constituam de forma compartilhada e equilibrada, mostrando que as relações podem se desenvolver com influência mútua para o crescimento dos envolvidos.

3. Identidade e performance nos espaços de trabalho

As mulheres em atividades consideradas masculinizadas transgridem as normas performáticas de gênero para que consigam impor respeito. Nas entrevistas analisadas para a pesquisa, pode-se perceber que a maioria das mulheres afirma que dentro do local do seu trabalho, ao vestirem o uniforme, se tornam homens. A frase muito repetida por elas é: “aqui dentro eu sou homem, sou macho”, mostrando a intencionalidade na construção deste personagem. Podemos entender, assim, que essa fala denota o respeito que as mulheres impõem ao performar o sexo oposto (KHEL, 1996), mostrando também ter condições de executar aquele trabalho e de conviver com um grupo majoritariamente masculino.

Nesta perspectiva da mínima diferença, Khel (1996) destaca as relações de poder entre homens e mulheres na tentativa de consolidação das pequenas diferenças binárias que, normalmente, atribuem aos homens certas vantagens, especialmente em contextos específicos. Assim, “na defesa do narcisismo das pequenas diferenças, é do reconhecimento amoroso que o homem ainda pode privar a mulher, esta que parece não se privar de mais nada, não se deter mais no gozo de suas recentes conquistas”. O homem, então, “não o faz (apenas) por cálculo vingativo. É que ele já não consegue reconhecer esta mulher tão parecida consigo mesmo, na qual também odiaria ter que se reconhecer” (p. 28).

Ou seja, os homens tendem a não conseguir reconhecer na mulher alguém tão parecido consigo mesmo, porque isso acenderia o temido fantasma da feminização. Justamente o fato de ter que se reconhecer próximo a esta construção histórica da mulher é que tornaria a aproximação de gênero um exercício tão temível (KHEL, 1996). Por exemplo, quando se trata desta mesma lógica aplicada aos relacionamentos amorosos, isto o poderia deixar menos homem, rompendo com a lógica de dominação de uma relação binária heteronormativa dominante.

Assim, o respeito que elas buscam parte da possibilidade dos homens de se reconhecer nelas como igual, porém, o outro caminho seria deslegitimar o feminino como forma de assegurar-se em uma ilusória força atribuída ao sexo. Rosa, açougueira de 26 anos, relata: “[...] *muito poucos deles sabem que fora do açougue eu não sou assim, muito pouco, acho que uns*

2 ou 3 que eu tirei pra amigo, que daí já são mais velhos, tem a minha idade, sabem que eu sou mãe, que eu sou esposa, que eu sou normal fora do açougue". Esta fala carrega consigo a performance da mulher em atividade considerada masculina para fins de resguardar-se de uma maior exposição à violência de gênero por parte dos colegas. Ela toma para si a perspectiva de normalidade quando destaca suas características como esposa e mãe, algo esperado de uma mulher, e relaciona o trabalho como algo transgressor por ter que performar o masculino.

Alternativas como esta, públicas (artísticas e dos movimentos sociais) ou privadas (cotidianas) são consideradas estratégias de empoderamento e ativismos feminino na criação de práticas discursivas sobre os corpos, nos mais diversos espaços da sociedade (BLANCA, 2016; JACOBS, 2017), construindo um "corpo político" (GALETTI, 2014) que acaba sendo via de expressão da mulher.

Assim, entendemos que a linguagem e o poder performativo da autoatribuição ajudam a verbalizar e exteriorizar o desejo na constituição do feminino (MEDEIROS, 2015). De todo modo, no que se refere ao trabalho, a performance normalmente é, mesmo que intencionalmente, um aproximar-se do universo masculino: das suas regras, dos seus símbolos e significados. Ou seja, a performance sugere ser a representação de um indicador da violência que a afeta.

No caso das pequenas diferenças entre homens e mulheres, "parecem ser os homens os mais afetados pela recente interpretação de territórios – e não só porque isso implica possíveis perdas de poder [...] e sim, porque coloca a própria identidade masculina em questão" (KHEL, 1996, p. 26). Isso supõe que a performance deverá ter um custo para a imagem da mulher nos espaços de trabalho, uma vez que nem todo o homem deverá sentir-se confortável com as suas formas sendo representadas por uma mulher em um território laboral que até então era dele. Contudo, segue a argumentação da autora, "sabemos que a mulher sente a conquista de atributos 'masculinos' como um direito seu, reapropriação de algo que de fato lhe pertence e há muito lhe foi tomado" (KHEL, 1996, p. 26).

Isso quer dizer que, há um sentimento de afronta inicial por parte dos homens ao se depararem com a entrada das mulheres em seus espaços de trabalho, conforme narrado pelas entrevistadas. Desde o momento em que a mulher cogita uma profissão considerada masculinizada, já tem a sua escolha questionada pela própria família ou demais pessoas de relação. Engenheira, Cristina, 37 anos, afirma que alguns familiares a apoiaram em sua decisão de cursar engenharia, mas outros "acharam que era uma profissão difícil de ser alcançada". Conforme pesquisa sobre engenheiras, neste universo "androcêntrico qualquer manifestação de feminilidade é interpretada como fragilidade" (CARVALHO, 2007, p. 8).

A família permanece como instituição de manutenção da hierarquização e do poder patriarcal (ROUDINESCO, 2003), mesmo que novas ordens familiares se sobreponham a visões mais conservadoras na contemporaneidade. Neste sentido, a família tradicional ainda é um dos ambientes em que a mulher é ensinada a performar apenas o que lhe foi atribuído como sendo o correto ao seu determinante de gênero. Ao adentrar um ambiente majoritariamente masculino, a mulher tenciona a forma dominante de produção capitalista calcada no patriarcado

(MCDONOUGH; HARRISON, 2004). Vê-se, então, um personagem que causa a afronta por ter atributos considerados masculinizados, mas que, na verdade, é uma reapropriação da sua própria identidade fluida de gênero.

Goldani (2016) enfatiza que a estrutura diferencial da divisão de trabalho presente na modalidade de produção e reprodução familiar constituem dimensões fundamentais para entender os motivos de as mulheres continuarem sendo discriminadas, inclusive no trabalho. Esta pesquisa, como conta apenas com mulheres que já ocupam espaços em atividades consideradas masculinizadas, apesar de conseguir mapear as suas imensas dificuldades, encontra limitações empíricas por não conseguir dimensionar as limitações que os estigmas criam a todas aquelas que poderiam ter optado por um futuro diferente.

O binário masculino e feminino como construção social não permite essa fluidez entre os gêneros, o que causa essa ideia e estranhamento do personagem criado pelas mulheres para se adaptarem ao masculino. Rosa, açougueira de 26 anos, nos contou em sua entrevista que seu apelido dentro do açougue é Pereirão, que se refere a essa performance e ao estranhamento dos homens, quando notam simbologias masculinas na mulher. Khel (1996) considera que é impossível roubar a feminilidade da mulher e que, na perspectiva psicanalista, todos os atributos fâlicos servem para que a identidade dela seja incrementada. Porém, ao considerarmos que a feminização pode também ir se inscrevendo em algum homem, ele deverá perceber isso como uma perda ou ameaça. Ao homem, portanto, “interessa manter a mulher à distância, tentando garantir que este a mais, inscrito em seu corpo, lhe confira de fato alguma imunidade” (KHEL, 1996, p. 27).

À mulher, essa criação do personagem masculino causa estranhamento por nossa sociedade ainda estar fixada no modelo binário de gênero. Já ao homem, causa o estranhamento, não só pelo binarismo fixado, mas também por ameaçar a sua permanência em um espaço que sempre foi designado e considerado exclusivamente seu. Ademais, essa fluidez entre os gêneros, ao homem seria considerada como feminização, com a qual ele não suportaria ter que viver, pois toda a construção de masculinidade se dá através do falo. O homem, ao performar o feminino, tem sua sexualidade questionada e a performance é vista pela sociedade como fetiche.

Não é por pura coincidência que o termo fetiche, utilizado por Freud para entender a perversão, seja o mesmo empregado por Marx para falar da alienação. Tanto no campo social quanto no estritamente individual, o fetiche esconde alguma coisa essencial da condição humana – “a semelhança na diferença” – condição de toda a circulação, de toda a troca sexual ou comercial. O fetiche faz parecer objetiva uma relação que se dá entre subjetividades – e faz parecer iguais elementos que só podem ser trocados pelas suas diferenças. No entanto, como é possível intercambiar o diferente a não ser em função do que tem em comum? (KHEL, 1996, p. 175-176).

A mínima diferença, determinada por Khel (1996), nos orienta através do padrão heteronormativo vigente na sociedade que se baseia nas diferenças. A identidade no contexto pós-moderno nos mostra, entretanto, que até mesmo essa diferença é um constructo social para a manutenção da hierarquização e poder.

Com os estudos de Hall (2003) sobre a identidade na pós-modernidade, podemos entender que o masculino e o feminino impõem limites culturais que muitas vezes são transgredidos por essas mulheres. Em uma das entrevistas, soubemos que o ambiente de trabalho não permitia o uso de maquiagem e, mesmo assim, a trabalhadora que se encontrava há mais tempo nesta empresa, estava maquiada. Essa linguagem corporal nos mostra que mesmo se impondo e trabalhando “como homem, sem frescura” (Rosa, açougueira) – pela fala da própria entrevistada – ela busca reafirmar o seu papel de mulher infringindo a regra da maquiagem.

Rejane, colega de trabalho de Rosa, também afirma sobre a regra da maquiagem, mas nos informa que “eu passo um batonzinho, pra não ficar tão macho lá dentro”. Apesar de toda a problemática da maquiagem nos dias de hoje, como imposições do mundo da moda, padrões de rostos perfeitos e outras imposições de beleza, neste caso, a maquiagem se torna muito mais do que um adereço, torna-se uma possibilidade de reafirmar a sua identidade num ambiente em que é impedida de performar sua identidade de gênero. Assim, a lógica hegemônica, heteronormativa e binária que produz uma violência de gênero à mulher que não performatiza esse padrão estético (BLANCA, 2016) é a mesma que a torna suscetível a um olhar discriminatório quando ela não consegue enquadrar-se nesta regra, por razões de trabalho, por exemplo.

A identidade é constituída não apenas pelas marcas de gênero impostas ao sujeito, mas também pela classe social e raça/etnia do sujeito. Embora o foco seja a identidade de gênero, entendemos que a subjetivação perpassa por essa gama de marcações que constroem a identidade, assim como perpassa as questões de identidade constituída a partir do trabalho. Para Saffioti (2004, p. 76), “há circunstâncias em que a identidade de gênero fala mais alto, mas há outras em que a de classe ou a de raça/etnia está neste caso”. Assim, a pesquisa deixa apontamentos para futuros estudos sobre o panorama de classes.

4. Considerações finais

No que diz respeito ao corpo feminino, podemos entendê-lo como um espaço de subjetivação onde as marcas sociais, culturais e históricas se imprimem. Mais do que isso, também é ferramenta biopolítica para a mudança dos paradigmas sociais vigentes. O corpo feminino, com suas expressões e força geradora de mudança, ainda se utiliza dos seus atributos para performar sua identidade de gênero, mesmo em ambientes de trabalho, onde os uniformes e posições de poder são símbolos atribuídos ao masculino.

O gênero está marcado em sua simbologia e linguagem que dialoga com a cultura vigente. Assim sendo, performar o gênero está associado ao local onde ocupa o sujeito. As mulheres, ao adentrarem ambientes onde predomina a presença masculina, precisam ajustar suas maneiras ao ambiente, adquirindo para si a performance dos dois gêneros, por possuir simbolismos que demarcam tanto o feminino quanto o masculino. Esta fluidez de gênero que ocorre às mulheres questiona a força física inata do homem que o põe acima das mulheres e faz que, ainda hoje, os homens tenham a entrada das mulheres nos ambientes

considerados masculinizados. A suposta ameaça, real ou percebida, seria a do questionamento dos espaços de privilégios que ocupam, por sua força, racionalidade, capacidade.

As mulheres que trabalham em atividades consideradas masculinas não podem ser pareadas pelas suas condições, mas muito antes ao contrário, revelam desafios substanciais no que tange às suas relações com o trabalho. Se de um lado há mulheres buscando cargos de lideranças em organizações de trabalho com vital visibilidade de mercado, por outro há as que buscam uma colocação que as possibilite simplesmente subsistir. Esse é o caso de algumas das trabalhadoras que fizeram parte desta pesquisa, cujos salários rasos e incertos, ainda colocam em questão, uma categoria de classe a ser discutida, indispensavelmente, junto com as relações de gênero no trabalho.

Embora estas mulheres ocupem o lugar supostamente designado ao homem e eles, os homens, questionem e temam essa presença do feminino no mesmo ambiente, as relações de poder ocorrem de forma que tanto a mulher quanto o homem exerçam influência mútua. A influência só ocorre porque as mulheres performam a simbologia masculina nestes espaços para que sejam aceitas pelos homens, mas depois que consolida sua presença, as relações de poder, tendem a se estruturar de forma um pouco mais equitativa. Ainda temos, contudo, longo caminho a trilhar na busca de equidade entre os gêneros e de autoridade compartilhada nos ambientes de trabalho que ambos os sexos ocupam.

Referências

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Mulheres no tráfico de drogas. Retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, 2016.

BLANCA, Rosa Maria. Performance: entre el arte, la identidad, la vida y la muerte. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 439-460, 2016.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-473, 2014.

BRADLEY, Harriet. **Men's Work, Women's Work**: a sociological history on the sexual division of labor in employment. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

CARVALHO, Marília. Gênero e tecnologia: estudantes de engenharia e o mercado de trabalho. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil-França, 2007, São Paulo e Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: FCC, 2007.

CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; OLIVEIRA, Lucia Barbosa de; MIRANDA, Lílina Carneiro de. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010.

CAVEN, Valerie; LAWLEY, Scott; BAKER, Jocelyn. Performance, gender and sexualised

work: Beyond management control, beyond legislation? A case study of work in a recruitment company. **Equality, diversity and inclusion: an International Journal**, United Kingdom, v. 32, n. 5, p. 475-490, 2013.

CICCIA, Lucía. Genes, sinapsis y hormonas. **Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales**, Sevilha/Espanha, n. 5, p. 83-94, 2016.

FAY, Claudia Musa; OLIVEIRA, Geneci Guimarães de. As mulheres na aviação brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – desafios atuais do feminismo, 10, 2013. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Gênero e mercado de trabalho: avanços e desafios, 2013. ISSN 2179-510X.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 617-634, 2011.

GALETTI, Camila Carolina H. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. In: ENCONTRO DA REDOR, 18, 2014, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64-89.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe. GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes. 2003.

GOLDANI, Ana Maria. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des) igualdades. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** São Paulo, 2016, p. 1-20.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 46, p. 151-163, 2016.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 11, n. 21, 2009.

HIRATA, Helena. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA Eleonora Menicucci de; LIMA Maria Ednalva Bezerra de; SOARES Vera. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

KHEL, Maria Rita. **A mínima diferença: masculino e feminino na cultura**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

JACOBS, Daiane Dordete Steckert. Vocal body, gender and performance. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. Rio Grande do Sul, v. 7, n. 2, p. 359-381, 2017.

JAIN, Akanshka. Impact of glass ceiling on female position in the Corporate World. **Voice of Intellectual Man-An International Journal**. Nova Deli, v. 6, n. 2, p. 143-148, 2016.

KNIJNIK, Jorge. **Gênero, um debate que não quer calar. Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

KLINGER, Diana. Escrita de si como performance. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**. Porto Alegre, v. 10, n. 12, p. 11-30, 2017.

LIMA, Gustavo Simão et al. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Revista Pretexto**. Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 65-80, 2014.

MCDONOUGH, Roisin; HARRISON, Rachel. Patriarchy and relations of production. In: **Feminism and materialism: women and modes of production**, London, v. 7, p. 11-41, 2013.

MEDEIROS, Raquel. Somos todas vadias: corpo, performance e representação no movimento marcha das vadias. **Revista Senso Comum**. Goiânia, n. 3, 2015.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

MISOCZKY, Maria Ceci A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 7, n. SPE, p. 9-30, 2003.

MOTA, Carolina; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio. Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo-RAD**. São Paulo, v. 16, n. 3, 2015.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**. São Paulo, n. 2, p. 59-79, 2004.

SALVAGNI, Julice. **As caminhoneiras**: uma carona nas discussões de gênero, trabalho e identidade. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Eloisio Moulin de. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 308, 2017.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, 2013.